

TERRITORIALIDADES URBANO-RIBEIRINHAS: O SISTEMA TERRITORIAL PESQUEIRO DE PARINTINS, AM

Urban-Riverine territorialities: the Parintins-AM'S fisheries Territorial System

Estevan Bartoli
Universidade do Estado do Amazonas
ebartoli11@gmail.com

RESUMO: Apresentando proposta metodológica sobre o Sistema Territorial Urbano-ribeirinho para análise do comportamento espacial da economia popular urbana de Parintins (AM), objetivamos demonstrar como o setor pesqueiro vem se reestruturando a partir do aumento da esfera de influência do fenômeno urbano e alterações morfológicas no crescimento da cidade. Reorganizados a partir da Colônia Z-17, pescadores adensam relações com o sistema territorial dominante relativo ao capital mercantil, gerando tensões em fragmentos do espaço intraurbano e alterações na abrangência das áreas que a atividade atinge. As territorialidades formadas pela interação entre os dois sistemas territoriais incidem em direitos desiguais de produção e ordenamento do território, conferindo a este sua definição clássica atrelada ao exercício de poder.

Palavras-chave: sistemas territoriais; pesca; cidade; urbano.

ABSTRACT: In presenting the methodological proposal on the Urban-Riverine Territorial System to analyze the spatial behavior of the urban popular economy of Parintins (AM), we aim to demonstrate how the fishery sector has been restructured by increasing the sphere of influence of the urban phenomenon and changes morphological in the city's growth. The fishermen, reorganized from the Colony Z-17, condense their relations with the dominant territorial system relative to mercantile capital, generating tensions in fragments of the intra-urban space and changes in the scope of the areas that the activity reaches. The territorialities formed by the interaction between the two territorial systems affect unequal rights of production and territorial planning, conferring to it its classic definition linked to the exercise of power.

Keywords: territorial systems; fishery; city; urban.

INTRODUÇÃO

A partir da proposta metodológica sobre o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), que analisa o comportamento espacial da economia popular urbana de Parintins (BARTOLI, 2017, p.114), pretende-se destacar um de seus pontos centrais que é a posição intermediária entre o sistema econômico dominante vinculado ao capital mercantil e o Sistema Territorial Ribeirinho (STR) dos interiores. Após descrição das características de mediações urbanas construídas em cada sistema, destacamos a importância do STUR enquanto mediador na composição e complementação da economia urbana popular, interagindo e fornecendo base ao funcionamento do sistema mercantil dominante.

No segundo momento, utilizamos o modelo STUR para analisar o setor pesqueiro, que compreende importante subsistema da economia de Parintins, destacando as seguintes dimensões: i) histórico e evolução das relações territoriais da Colônia Z-17

adensando relações com a cidade, tendo como pano de fundo disputas de redes de sujeitos por seu controle institucional; ii) impactos do crescimento urbano e alterações na morfologia urbana condicionando as atividades dos sistemas territoriais; iii) reconfiguração da abrangência espacial das atividades e novas relações reticulares que ultrapassam a sub-região que Parintins está inserida.

Constata-se que a cidade propicia adensamento das relações territoriais das atividades da pesca, fornecendo base para deslocamentos de setores populares cada vez mais intensos e distantes, surgindo diversas disputas territoriais em torno do controle oportunista da Colônia assim como nos territórios diversos de pesca em lagos protegidos, ocorrendo ainda disputas com pescadores de Santarém. Tensões sobre a configuração das beiras de rio no espaço intraurbano passam a afetar a mobilidade e acessos de pescadores urbanos.

A proposta metodológica do STUR: territorialidades “navegantes” e a economia popular.

As interpretações acadêmicas sobre cidades na Amazônia encampam aspectos sobre a maneira que estas interferem na produção do espaço regional. Dos papéis de mediação, influência política e cultural ou em sua responsabilidade territorial (SCHOR e OLIVEIRA, 2016, p.39)¹, entre outros, características das cidades (em sentido geral) levam em conta sua centralidade e polarização. Isso seja num papel logístico conectando modais diversos de transporte ou funcionando como centros de fornecimento de serviços e distribuição e mercadorias para áreas de entorno (incluindo Terras Indígenas e Unidades de Conservação). Possuem milhões de consumidores, abrigam sedes de instituições públicas e privadas, facilitando acesso a serviços de saúde, ensino, entre outros.

Pressupostos teóricos que indagam a capacidade de cidades na Amazônia em ordenar territórios de entorno apontam que a maioria das economias urbanas não possui hinterlândias consolidadas (BECKER, 2013, p.21), apresentando economias pouco diversificadas e de baixo dinamismo. Nesse contexto, frente ao acelerado processo de crescimento urbano e êxodo rural, populações diversas tem reconstruído práticas espaciais associadas a novos elementos condicionantes a partir da cidade, com intensificação da circulação sub-regional (navegação fluvial), e retomada ou manutenção de vínculos territoriais com áreas do entorno. Para análise desse comportamento espacial, apresentamos em Bartoli (2017) proposta metodológica relativa à existência de um sistema territorial que funciona como articulador de pontos variados no território sob influência da cidade, partindo de ações de redes de sujeitos ligados a atividades da economia popular de extração e processamento de recursos regionais e distribuição de produtos industrializados. Os subsistemas que compõem o STUR combinam dinâmicas diversas que interagem

¹ Schor e Oliveira (2016) enfatizam a presença de serviços de saúde em Parintins, o que aumenta sua responsabilidade territorial, pois a cidade passa a atender municípios circunvizinhos.

com o sistema mercantil dominante, realizando mediação entre a cidade e o Sistema Territorial Ribeirinho.

O STUR demonstra o comportamento espacial dos circuitos da economia popular inseridos em contexto específico, ocorrendo práticas espaciais cujo recorte analítico prioriza áreas de influência que a cidade de Parintins consegue atingir. Apesar de privilegiar a escala sub-regional e a intraurbana, considerar dinâmicas transescalares torna-se imprescindível, além das complexas relações existentes com a rede urbana regional (com forte influência da metrópole Manaus em disputa com a rede urbana paraense), e de escalas nacionais e globais. Tais conexões acabam sendo evidenciadas pelo tipo de bens industrializados que são distribuídos por Parintins, cuja existência de fixos e fluxos é necessária na realização das forças centrífugas e centrípetas realizadas pelo STUR (BARTOLI, 2018a).

Portanto, são mediações da cidade que propiciam estruturação de sistemas territoriais inferindo em elementos que ajudam explicar a configuração da rede urbana, como outrora demonstraram Moraes (2012; 2014) e Schor (2014). Os autores propõem uso das *redes urbanas temáticas* para entendimento de redes urbanas na Amazônia, tratando da atividade pesqueira e da formação da cesta básica regionalizada nas cidades da calha do rio Solimões (AM), onde o peixe comercializado através de pescadores artesanais urbanos ou de comunidades formam relações que extrapolam os limites municipais.

Os estudos sobre redes temáticas usam método classificado como *fragmentação conceitual do objeto* (MORAES, 2012, p.32), que consiste na utilização de conceitos e/ou definições que constituam partes do objeto a serem exploradas de forma particularizadas e ilustrativas. Visam principalmente apreender especificidades importantes para o entendimento do processo no qual a análise do todo poderia omitir. Moraes (2012, p. 57), analisando o comércio de bagres, usa elementos classificados como: *rede referencial* (comércio de bagres), *fixos referenciais* (flutuantes, frigoríficos, beiras de rio, etc.) e *fluxos referenciais* (trajetos que a mercadoria percorre). Para o autor, a descrição dos fixos compreende a forma de revelar a estrutura da rede em seus pontos constituintes, cuja disposição dos objetos espaciais é constante e a dinâmica maior fica realmente por conta dos fluxos.

Em tais redes, fixos e fluxos só conseguem se estabelecer caso haja suporte para seu funcionamento, sendo chamados de *fluxos adjacentes*, que consistem em produtos considerados insumos básicos para determinadas atividades escolhidas para análise: 1) fluxos de abastecimento de alimentos; 2) fluxos de abastecimento de combustível para as cidades; 3) fluxos de comunicação via telefone; 4) fluxos financeiros (Ibid., p. 58).

Os estudos das redes temáticas são úteis na reestruturação do modelo STUR, nos auxiliando no entendimento das relações entre cidade-interiores. Resumidamente, o papel mediador que o STUR abrange aparece em cinco vertentes: i) zonal, reticular e topológico: conectando a cidade a pontos diversos do entorno sub-regional através da navegação fluvial, selecionando localidades estratégicas para funcionamento de cada rede temática; ii) econômico dual e complementar: dinamizado principalmente pela economia popular em interação constante com as esferas dominantes de

valorização do capital mercantil na cidade, em alguns casos ocorrendo saltos escalares em relações que ultrapassam a sub-região (BARTOLI, 2015, p.14); iii) produção e configuração de fragmentos do espaço intraurbano constituindo fixos úteis para a estruturação do sistema; iv) organizacional e institucional: formação de outros tipos de coalizão de sujeitos ganham relevância (cooperativas, associações, colônias de pescadores, etc.), mediando ações que se desdobram em práticas sobre o território; v) simbólico-cultural: traços da cultura cabocla e ribeirinha, indígena ou de conhecimentos populares são absorvidos e resignificados pela inserção ao processo urbano. Explanaremos sobre as três primeiras vertentes que serão complementadas com dados obtidos junto aos pescadores urbanos nos próximos subitens. As demais são abordadas em Bartoli (2017).

i) Navegação fluvial e a dinâmica sub-regional:

Na escala sub-regional fluxos de navegação dinamizam áreas de abrangência variadas. Canoas de portes diversos e não registradas nas Capitâneas são úteis à configuração do STUR, pois percorrem pequenas e médias distâncias atravessando canais hídricos rasos, alcançando áreas e recursos não acessíveis por outras embarcações. Canoas tipo rabeta e bajaranhas são ágeis em canais estreitos e rasos, e extraem recursos que abastecem também o sistema mercantil dominante com peixe, madeira e até ouro nos garimpos clandestinos ou mesmo transportando a maconha cultivada no município de Maués (AM). Usadas para burlar territórios de acordos de pesca (lagos protegidos pelas comunidades com apoio do IBAMA e outras instituições) ou Unidades de Conservação, são dificilmente detectadas pela escassa fiscalização ou por comunitários locais que vigiam lagos protegidos. São circuitos de circulação fluvial complexos atingindo também áreas longínquas, internalizando tensões e conflitos raramente noticiados nas cidades e abastecendo setores mercantis urbanos de formas variadas. Ajudam assim a formar sistemas territoriais fortalecidos pela ilegalidade, denotando poder às elites urbanas que enriquecem com tais atividades através do controle de mercados.

Já o batelão, embarcação com casco médio de madeira que varia entre 12 e 20 metros recebe vários tipos de funções, aparecendo como uma das materializações mais claras entre o STUR e o Sistema Territorial estruturado pelas empresas comerciais, sendo adaptado a diversas atividades como transporte. Serve ainda como moradia devido ao enorme déficit habitacional na cidade. Tais embarcações predominantes no STUR são conectoras flexíveis da intermediação entre cidades e interiores (que, a nosso ver, se interpenetram e se sobrepõem em variadas instâncias), aparecendo como mediação técnica dessa lógica: antigos barcos, bajaranhas, balieiros e canoas vão se adequando cada vez mais às características da economia popular, influenciada pela reprodução do capital mercantil urbano ou de circuitos superiores ligados a grandes empresas (realizando distribuição e consumo de produtos industrializados). Servem aos habitantes da Amazônia na oscilação sazonal das águas na intensa mobilidade de populares para obtenção de renda. As embarcações de madeira ainda transportam pessoas de comunidades que não

possuem traslado via lanchas de alumínio que ultimamente ganham destaque nas sedes municipais.

ii) Sistema territorial mercantil dominante:

Arelado ao capital mercantil urbano (CANO, 2010, p.7) denominamos como Sistema Territorial Urbano-fluvial (STUF), que cada vez mais se sobrepõe, absorve e influencia as dinâmicas do STUR (figura 1). Usamos o termo *fluvial* considerando que, para os sujeitos que impulsionam esse sistema, os rios são usados primordialmente para *circulação* de mercadorias. Não há intenção de manter práticas diárias que tem no rio aspecto simbólico, cultural e identitário (ribeirinho), lúdico ou para subsistência, sendo sistema vinculado a atividades ligadas a relações escalares mais amplas, principalmente com a metrópole Manaus.

Grupos de grandes empresários locais configuram o STUF tendo a cidade com nó para extração de recursos naturais e base para ações onde: i) Há rebatimento espacial, possuindo maior poder de organizar espaços partindo da posse de lotes e glebas, materializados principalmente nos portos, o que confere maior extração de renda. Exemplo marcante ocorre na comparação entre os portos do STUF que se localizam nos terrenos frontais da cidade que não secam (muito valorizados), e os flutuantes-marinas e rampas em beiras de rio de bairros populares (utilizados pelo STUR), situados em lagos periféricos da cidade, sujeitos às secas que impedem acesso a tais bairros via navegação (BARTOLI, 2018b, p.175); ii) Incentivam circuitos econômicos geradores de maior impacto ambiental em extensas áreas a partir de ações como extração de madeira, areia, seixo, criação de gado e búfalos, pesca comercial, etc.; iii) uso de embarcações: grandes balsas de carga, balsas de combustíveis, empurradores, barcos tanque de gasolina, barcos grandes de ferro, lanchas e iates de veraneio. Não necessitam transitar por furos, paranás menores ou lagos para busca de recursos (delegam isso aos sujeitos que pertencem ao STUR).

iii) Espaço intraurbano:

Na escala intraurbana, beiras de rio em bairros populares são interpretadas como nós para construção de práticas espaciais, possuindo importantes pontos de centralidade e fixos referenciais: feiras, flutuantes, trapiches, aglomerados palafíticos, pequenos portos, rampas etc. Tais espaços contribuem na formação das territorialidades urbano-ribeirinhas, condicionando a maneira com que sujeitos circulam e delimitam esses nós multireticulares.

Somam-se às atividades econômicas que compõem o STUR os pequenos comércios informais dos bairros populares e as diversas interações e condicionamentos vinculados à reprodução do capital mercantil. Essa fração do capital vem transmutando as formas da cidade em benefício próprio (descrito nas tipologias de beiras de rio – BARTOLI, 2017, p. 196), reduzindo cada vez mais os espaços de vivências ribeirinhas com a privatização das margens que são submetidas ao domínio da troca, cuja lógica da propriedade se sobrepõe aos usos livres que populações diversas sempre tiveram com os rios, mas sem anulá-las. Longos trechos nas beiras de rio em Parintins acabaram se submetendo quase

totalmente a essa lógica de apropriação do espaço, impedindo atracagem de pequenos barcos, impondo racionalidade externa (formas e uso das margens alteradas, constituindo parte do plano urbano), afetando outras formas de apropriação. Em detrimento da presença pequenas e médias embarcações de madeira, grandes balsas e barcos de ferro, barcos postos de combustível e lanchas “à jato”² passam a ocupar beiras de rio com maior intensidade.

Esses rebatimentos espaciais aparecem como “pistas” interpretadas como manifestações de disputas por acesso a pontos na cidade que servem como apoios para conectar interiores ou ligar a cidade à rede urbana regional. Tais fragmentos em beiras de rio indicam que o processo urbano não se encerra em tais formas. Antes, se desdobra na maneira como as embarcações formam eixo mediador-conector no STUR. A construção desses fragmentos demonstra a diferencial capacidade que redes de sujeitos possuem em produzir tais configurações espaciais, salientando o exercício do poder: pontos privilegiados para uso exclusivo do sistema territorial dominante.

Cada vez mais o STUR e o STUF se complementam e interpenetram. Isso ocorre com a aceleração dos processos de urbanização, intensificação da demanda por recursos naturais na cidade, e propagação do modo de vida e consumo urbano.

De maneira resumida, apresentamos na figura 1 a interação e composição entre os sistemas. As circunferências pontilhadas (permeabilidades e interpenetrações) representam abrangência dos sistemas e interações entre STUR e o STUF, atingindo sistemas territoriais ribeirinhos de baixa interação com a cidade.

A força centrífuga do STUR é aquela relativa à busca do complemento dual: economia mercantil dominante influenciando a popular (usufruindo e de certa forma moldando a atividade da navegação) e compondo parte expressiva da economia urbana. A estrutura da cidade propicia condições para práticas espaciais fornecendo base de ação para que sujeitos atinjam localidades cada vez mais distantes, distribuindo assim produtos industrializados. Os dados levantados evidenciam o aumento substancial da circunscrição espacial que essa economia popular é capaz de atingir, propiciando ainda exploração de produtos regionais para a cidade.

Já a força centrípeta no STUR consiste no movimento contínuo de populações que: a) migram na busca de benesses que a cidade oferta, como no acesso a serviços, instituições de fomento, ensino, saúde, bancos, mercados e tantas outras “facilidades” urbanas, indutoras de novos contextos de inserção de sujeitos que passam a reordenar territórios. b) necessitam “absorver” recursos dos interiores para complementar renda: madeira para moradia popular, barcos ou para pequena indústria moveleira; peixes para alimento ou processamento (abastecendo o capital mercantil de entrepostos e frigoríficos da cidade); palha; piaçava; carne de caça ou quelônios, pequenas produções de gado, etc.

² Nome popular dado às lanchas de alumínio que fazem trajetos em até um quarto do tempo gasto pelas embarcações de madeira mais lentas.

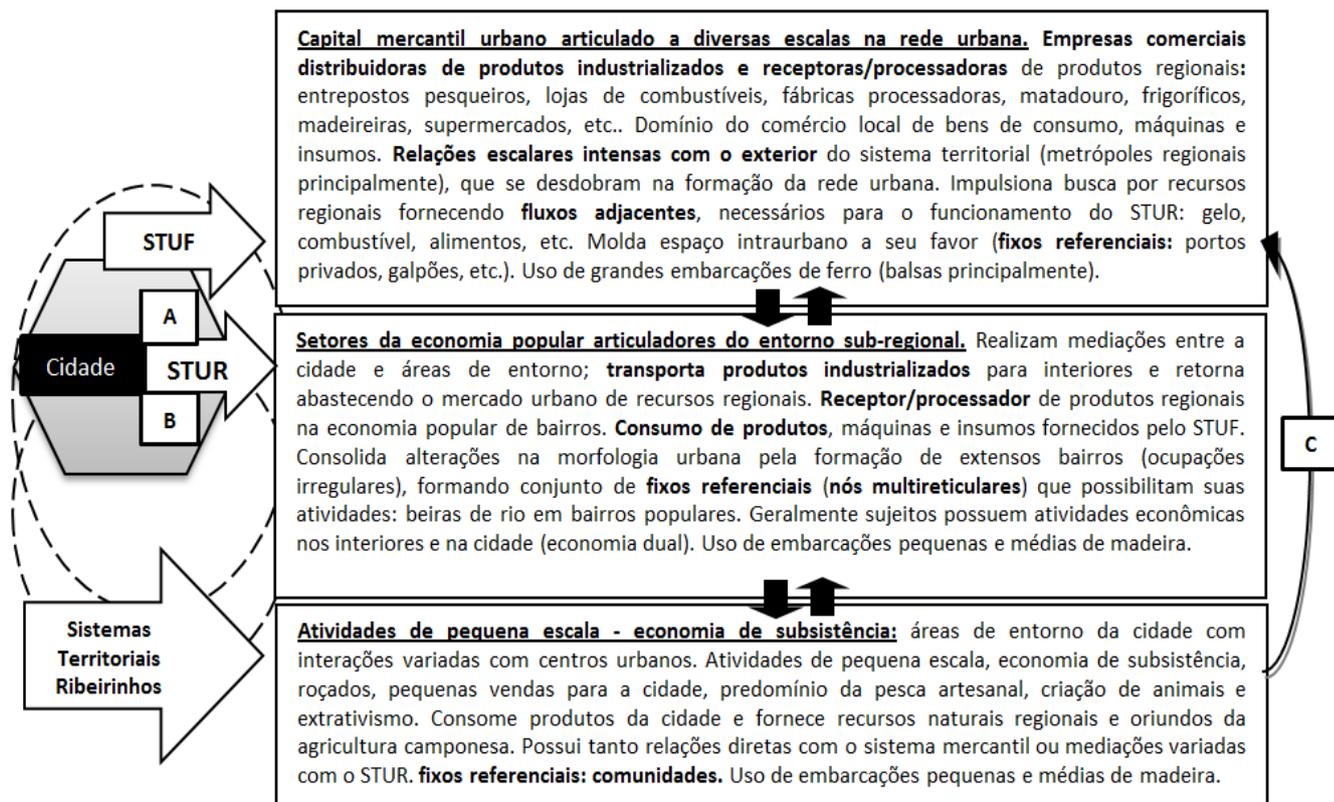


Figura 1: Fluxograma resumo das interações entre sistemas territoriais mediadores de influência urbana. **Fonte:** BARTOLI (2018a)

Legenda: **A** - Tensões e conflitos: produção do espaço urbano (ênfase nas beiras de rio). **B** - Hibridização: elaboração de soluções criativas e adaptações técnicas em instrumentos de trabalho, moradia, tipos de embarcações e outras formas espaciais perceptíveis em bairros populares. **C** - extração de recursos regionais (inclusive areia e seixo para construção civil) realizada por empresas comerciais da cidade; ausência de mediações ou processamento na cidade, mantendo sujeitos populares que abastecem tal fluxo em grau elevado de territorialidade passiva.

Vejamos agora, como o modelo STUR nos auxilia no entendimento do sistema pesqueiro de Parintins a partir da análise da Colônia Z-17, através da atividade de cartografia participativa realizada com pescadores. Utilizamos imagem de satélite impressa num banner tendo Parintins ao centro e abrangendo 200 km para todas as margens. Fomos surpreendidos quando os relatos revelaram distâncias muito maiores da atividade tendo a cidade como ponto propulsor. O setor pesqueiro veio ganhando densidade nos últimos anos. Isso propiciou condições para que a atividade atingisse áreas longínquas a oeste da sede devido os conflitos e tensões a leste limítrofe ao estado do Pará como veremos. Dividimos os questionamentos a partir de dois tipos de embarcações: as grandes (batelões e bajaranas acima de 12 metros) e as pequenas (canoas-rabetas³ e “bajarinhas” abaixo de 10 metros).

³ Rabetas é o nome do motor pequeno acoplado à popa da canoa.

Sistema Territorial Pesqueiro: territorialidades urbano-ribeirinhas a partir da Colônia Z-17 e seus pescadores

O sistema territorial formado a partir da atividade da pesca comercial é um dos mais significativos de Parintins, obviamente, por constituir parte da dieta básica da população. Mas a presença do pescado vem declinando na cesta básica regional pela crescente pressão ao estoque natural⁴, altos preços ao consumidor final e inserção competitiva de alimentos industrializados de menor custo (frango congelado, embutidos, conservas, etc.).

Além disso, os componentes que estruturam o circuito da atividade vêm sendo há tempos alterados pela influência urbana, surgindo novos elementos organizacionais, laborais e técnicos assim como ocorrência de conflitos por territórios de pesca. Porém, a atividade manteve parte das características quanto à rusticidade e condições de pobreza dos pescadores.

O circuito de comercialização e atividade da pesca coliga pontos da cidade a amplas faixas de territórios circunvizinhos e cidades da rede urbana regional, além de movimentar frações expressivas da economia urbana. Perceptíveis na paisagem do comércio e configuração das beiras de rio encontram-se diversas casas de malhadeiras, lojas de apetrechos de pesca, feiras, fábricas de gelo, portos, flutuantes e estaleiros navais.

A amplitude da temática se verifica pela quantidade de pessoas abrangidas, complexidade cultural das técnicas, adaptações a técnicas modernas, impactos de condicionantes naturais⁵ (impelindo ritmos e temporalidades próprias), e tantas outras características do circuito pesqueiro (que se torna sistema territorial a partir dos fatores elencados no modelo STUR). Tal abrangência exige que as variáveis selecionadas para a propositura da noção de Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos sejam entendidas e averiguadas a partir da cidade, das ações constituídas na cidade: interações reticulares, escalares e condicionantes existentes no espaço urbano estruturando sistemas territoriais de abrangências variadas.

Esse ponto de vista “da cidade” não fornece detalhes de caracterizações com generalizações das atividades dos sujeitos nos outros extremos do sistema (comunidades e aldeias indígenas, com variedade de populações interioranas e suas relações múltiplas com a atividade pesqueira). Mesmo assim, propicia aprofundamentos relacionais que têm como nós principais a Colônia de Pescadores Z-17, levando em conta que as redes de sujeitos que compõem o STUR estão necessariamente em constante movimentação coligando e interpenetrando cidade aos entornos.

⁴ Estudo aprofundado acerca de *sobre-exploração* dos recursos pesqueiros é encontrado em Barreto (2010) e Ruffino (2005).

⁵ Nos últimos seis anos, veio ocorrendo sequências de cheias e secas abruptas, anormais, interpretadas como eventos extremos que, segundo os pescadores, tem alterado a prática da pesca. Em 2015 o chamado verão amazônico (estiagem e rios baixos), foi muito severo. Secaram completamente lagos que serviam como reprodução de peixes, matando milhares de toneladas de peixes.

As relações construídas na cidade também condicionam a estruturação desse sistema ganhando caráter organizacional novo na constante luta por reconhecimento da tão marginalizada categoria. Na década de 1950, a atividade da pesca artesanal constituía uma das bases da economia de Parintins. Influenciou a formação de bairros antigos como Francesa, Santa Clara, São José e São Benedito todos, ainda hoje, com grande número de pescadores (figura 2). A enchente de 1953 considerada acima da média foi um marco na vida das famílias que tiravam sustento da atividade. Desde então, a pesca artesanal passou por sérios desequilíbrios. Os pescadores mais antigos afirmam que a grande cheia causou dificuldades na captura do pescado. Por outro lado, permitiu maior tempo para alimentação dos peixes que cresceram e se reproduziram em ecossistemas inundados. Isso proporcionou aumento na safra e aumento da renda dos pescadores nos períodos posteriores.

Na época, a atividade da pesca era financiada pelos grandes comerciantes. Por isso, a realização da atividade implicava em constante endividamento dos pescadores. O comportamento instável das águas dos rios dos anos subsequentes continuou afetando a atividade com cheias oscilantes entre vazante longa, enchentes normais, vazantes mais rápidas e enchentes extremas, fato que se repetiu em anos recentes como na grande enchente de 2009.

Tal instabilidade alterou a produção da pesca e esta, por sua vez, a renda das famílias. Como um dos efeitos, o endividamento aumentou assim como a dificuldade de se manter na atividade. Os dez anos após a cheia de 1953 foram de crise da atividade. Grande parte da produção era entregue aos comerciantes financiadores para pagar dívidas dos pescadores que se avolumavam com os juros.

Essa crise iniciou o debate entre pescadores que procuravam meios para solucionar o problema de endividamentos. Com a influência de experiências de pescadores vindos do Estado do Pará, surge ideia da formação de uma Colônia. Esta seria meio de organização para fortalecimento da categoria⁶, alternativa de financiamento bancário, entre outras formas de comercialização da produção. Era uma forma de reduzir a exploração pelos atravessadores e financiadores.

Assim, a partir da cidade, a Colônia passou por alteração parcial de sua natureza, funções e relações com pescadores e territórios de abrangência. A influência histórica por grupos políticos diminuiu, mas ainda persiste. Ocorre redesenho da Z-17 a partir de Leis Federais, permitindo que a instituição obtenha maior autonomia relativa (sendo, mesmo assim, ainda muito frágil), reconstruindo projetos.

a) Adensando Relações a Partir da Cidade

A Colônia de Pescadores Z-17 de Parintins agiu como mediadora dos interesses dos pescadores em diversas áreas e órgãos (Ministérios do trabalho, Desenvolvimento Agrário, Pesca e Aquicultura, entre outros) cuja ampliação de ações e convênios

⁶ Em Oliveira e Bartoli (2015), realizamos levantamento sobre aspectos da institucionalização da atividade da pesca e da evolução da Colônia Z-17 de Parintins. Descrevemos fases desde as estratégias do Estado brasileiro de controlar o território através de condições estruturais e burocráticas da materialização do Estado ao atual estágio de autonomia relativa.

causaram impactos significativos na cidade. Todavia, geram disputas políticas em torno das ações. Assim, um importante mecanismo de política pública passa a ser apropriado, de forma oportunista, por políticos locais.

É nítida ainda a presença e influência do Estado através de vários ministérios. Suas ações apresentam horizontes de longo prazo baseadas em contratos/programas/convênios que reforçam a presença da Colônia após conturbado período de reformulação. Assim, a partir de suas ações, a Colônia retoma presença importante na sociedade local não se limitando às antigas concessões do Seguro Defeso.

Outro golpe na categoria ocorreu em 2015 com a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura com submissão da pasta para o novo Ministério da Agricultura. A ação imediata dessa medida foi suspender o seguro defeso⁷ como estratégia para evitar o pagamento no sentido da diretriz geral de corte de despesas feita pelo governo. Recadastramentos, revisão de períodos defesos e uma postura setorial da pesca, vistos pelo viés produtivista, afetam a realidade socioeconômica das comunidades envolvidas. Estas sempre construíram atividades complementares para sobrevivência.

A análise reforça a importância do caráter mediador das redes de sujeitos locais da cidade que se relacionam com escalas diversas, tanto governamentais quanto setores privados. Ressalta o desafio da produção de territórios e no controle e processamento de recursos atrelados à necessidade de construção de projetos coletivos. O papel das relações construídas na cidade é ampliado junto com o aumento do número de pescadores em Parintins. Cresce com migrações recentes e formação de novos bairros populares.

Não há, por parte da Colônia, qualquer beneficiamento do pescado. Tampouco existem melhorias de infraestrutura para recepção e venda, como um terminal pesqueiro ou feira que diminua o preço final para o consumidor. Em 2016 a prefeitura municipal, em parceria com a Colônia, assume o entreposto pesqueiro que estava abandonado. A promessa era de funcionamento para o ano seguinte realizando doação de gelo e subsídios diversos. Enquanto isso não acontece, os pescadores ainda são submetidos a abastecer o comércio urbano de forma precária e as três empresas pertencentes ao STUF receptoras de pescado que exportam para todo o país.

As entrevistas com pescadores indicaram ceticismo quanto à reativação do entreposto que tem capacidade de estoque de 270 toneladas. Construído na década de 1980, ficou ao comando da Cooperativa de Pescadores, extinta em 2009. Nesse período, a Federação de Pesca do Estado ganhou na justiça o direito de uso do entreposto com posterior paralisação por disputas judiciais.

Essa cadeia incompleta do pescado em Parintins deve ser sanada com urgência para propiciar melhor processamento. Existe uma demanda do mercado urbano local cujo não atendimento vem alterando cada vez mais itens da dieta regional.

⁷ Portaria Interministerial MAPA/MMA n.192, de 5 de outubro de 2015, atingidas as bacias hidrográficas Amazônica, do Parnaíba, Maranhão, entre outras.

O nó articulador de Parintins influencia ações que se estendem pela malha territorial através da rede fluvial. A cidade fornece estrutura para essa expansão dispondo de: 8 estaleiros navais de embarcações tradicionais, cinco fábricas de gelo, três empresas médias processadoras e receptoras do pescado, absorção pelo mercado urbano e presença de instituições de fomento (bancos para financiamento da atividade), assim como a Colônia e o SINDIPESCA como novas formas mediadoras da produção territorial. O curso em tecnologia de pesca oferecido pelo IFAM (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus de Parintins) também vem somando a essa densidade urbana. No mais, são os milhares de homens e mulheres que possuem tradição familiar e relação cultural associadas a laboriosa atividade da pesca. São vistos sempre consertando suas redes e malhadeiras pelas ruas e embarcações da cidade.

Há “evolução” de territorialidades a partir da Colônia, que adensa relações com pescadores, mas ainda presa às antigas práticas de uso político de suas atribuições, tentando se desvencilhar paulatinamente desse papel eminentemente clientelista atrelado ao fornecimento de seguridades.

As relações escalares da Colônia são intrinsecamente políticas. Em passado recente, seu controle transitou de tensões e disputas nas escalas estaduais e setoriais as quais estava vinculada, indo para a esfera municipal. Acabou sendo objeto de cooptação pela gestão de Parintins que findou em 2016. As escalas institucionais foram de enorme importância nos programas e projetos. Ao conseguir avanços propiciados pelas mudanças institucionais, a Colônia caminha a curtos passos para obter melhorias significativas aos pescadores associados. Os programas e projetos criados através de incentivos federais foram avanços significativos, mas sofreram recuos com a posterior crise fiscal pós 2015.

O lado positivo foi sinalizar a ampliação das funções da Colônia. A baixa escolaridade dos pescadores ainda persiste sendo um dos impeditivos de maior adesão aos programas e projetos. Isso internaliza, ainda, a cultura da dependência histórica das decisões dos “homens de cima”, personificados em lideranças ou políticos locais. Perdemos a conta de quantas vezes ouvimos a frase: “o governo não nos ajuda...”, demonstrando a eterna espera vinda “de cima”.

b) Morfologia urbana: breves considerações

Nas últimas duas décadas, ocorreram alterações profundas na configuração socioespacial da cidade pelo intenso crescimento urbano. Isso se deveu à formação do chamado ciclo das ocupações irregulares dos anos 1990 e a última grande ocupação em 2010, que originou o hoje bairro da União⁸ (figura 2). Trata-se da formação dos quatro bairros mais populosos do município: Itaúna I, Itaúna II, Paulo

⁸ Em 2016 ocorreram mais duas ocupações em Parintins. Uma contígua ao bairro da União, pressionando o conjunto de castanheiras remanescentes. Outra no bairro Pascoal Alágio, criado como loteamento regular, mas com amplos espaços sem uso. Os lotes estão vendidos, mas esperando valorização.

Corrêa e União. Juntos, abarcam 41.163 habitantes (Parintins - Comissão Municipal Censitário – 2007; Secretaria de Assistência Social e Trabalho, 2009).

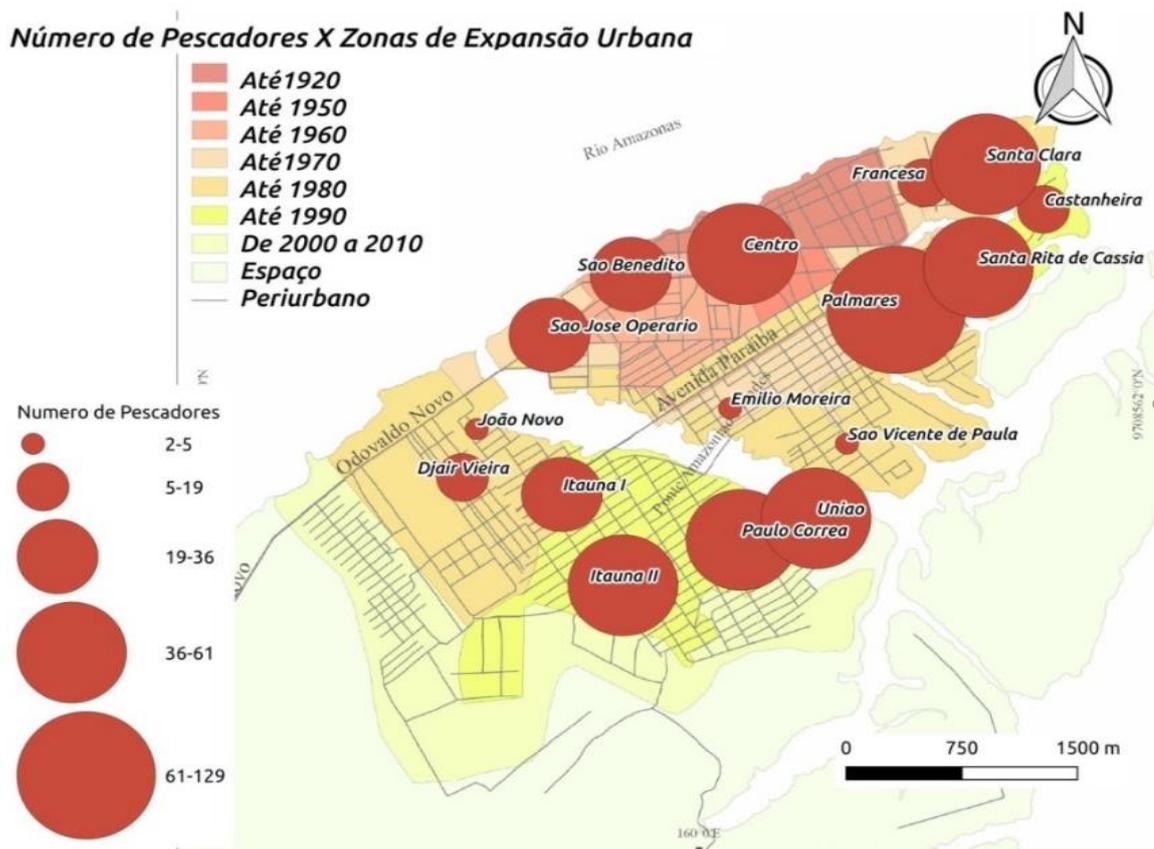


Figura 2: Distribuição espacial dos pescadores artesanais nos bairros da cidade de Parintins/AM. **Fonte:** BARTOLI, (2017).

Portanto, a territorialidade de pescadores é perceptível a partir da análise de beiras de rios e lagos que entrecortam o plano urbano. Há a presença de demarcações simbólicas claras como barracas, tendas e bares improvisados, flutuantes repletos de embarcações regionais populares que sinalizam quais setores são usuários desses fragmentos do espaço urbano. A partir de fragmentos usados, ocorre territorialização do espaço pelos processos de “apropriação”, seja ela concreta ou simbólica (HAESBAERT, 2012, p. 294), onde delimitações ocorrem por meios das práticas.

A espacialização demonstra os antigos bairros ainda numerosos quanto à presença de pescadores como Palmares, Santa Rita, Santa Clara, Francesa, Centro, São Benedito e São José. Estes dois últimos são os mais influenciados pela presença da Colônia. Esse contexto evidencia o peso das populações de baixa renda na produção e organização do espaço urbano enquanto agentes produtores do espaço.

Podemos inferir em nossa reflexão que as formas urbanas condicionam práticas espaciais. Demonstramos isso em texto sobre análise da configuração do plano

urbano em detrimento de usos tradicionais das margens de rios privatizadas⁹ (BARTOLI, 2013, p. 25).

A rapidez do crescimento de Parintins remete-nos à reflexão sobre sua configuração de paisagem e também a averiguações e questionamentos sobre a relação da morfologia com os usos do espaço. Devido à sua rápida expansão, a cidade passa por transformações na natureza de seus espaços públicos. Nesse sentido, as descrições das dimensões do cotidiano são úteis. Nelas é possível reconhecer, nos interstícios das normas vigentes de uma pretensa “ordem urbana”, práticas espaciais e territorialidades diferenciadas. É aqui que a presença dos pescadores denotam a permanência de atividades tradicionais no espaço urbano de Parintins.

Para apreender tais aspectos, realizamos exercícios de cartografia participativa com uso imagem de satélite¹⁰ visando aferir a interação dos grupos com o espaço urbano. Com a presença de antigos mestres, a descrição histórica através da oralidade foi riquíssima. Conhecimentos populares não formais sobre ecossistemas locais e a influência negativa da cidade e da agropecuária (geradores de impactos ambientais), foram frequentes nos relatos, descrevendo que: - locais próximos dos arredores da cidade eram muito piscosos, com fartura e pesca realizada através de pequenos deslocamentos; - houve destruição da vegetação circunvizinha ao sítio urbano não propiciando mais locais de reprodução dos peixes; - várzeas e igapós tem hoje ocupação intensa de gado e bubalinos impedindo alimentação e reprodução dos alevinos durante as cheias, reduzindo a presença dos cardumes. A redução drástica do pescado esteve presente na fala entre todos os membros participantes, exigindo deslocamentos crescentes atualmente para pesca.

O primeiro momento do exercício de cartografia foi delimitado no espaço intraurbano. O roteiro de questionamentos evidenciou que ocorrem atualmente vários conflitos devido à privatização de margens de rios. Os proprietários de lotes beira-rio sinalizam por placas ou fechamento do acesso aos lotes que ligam o rio à rua. Foram registrados até mesmo conflitos com seguranças particulares em áreas de mansões e sítios.

As áreas frontais da cidade que não secam, são mais disputadas e conflituosas. Com existência de trechos de portos privados, terras caídas e áreas de forte turbulência do rio Amazonas, restam poucos locais adequados para resguardo de canoas ou pequenas bajaranas, que se deslocam para um canal lateral. Perigoso trecho de rebojo¹¹ (redemoinho fluvial) também foi sinalizado como empecilho natural para uso das margens próximas.

Outra questão relevante foi a proibição de uso das margens em longos trechos. Muitos pescadores passaram a residir longe das áreas de atracagem e ficaram

⁹ A novidade no presente texto foi a participação dos pescadores na identificação de áreas com conflitos para uso público.

¹⁰ Tivemos certo tempo inicial para ambientação do olhar dos pescadores à imagem de satélite, pois os mesmos não estão acostumados a se referenciar espacialmente nesse tipo de imagem. Obtivemos inicialmente os relatos orais dos trajetos, usos de beira-rio e só depois passamos à imagem em si, para não limitar narrativas devido o estranhamento do uso da imagem de satélite.

¹¹ Denominação popular.

sujeitos a roubos de motor e canoas. Isso incorre em gastos adicionais pela necessidade de recorrer ao pagamento de vigias ou flutuantes. De modo oportunista, forma-se um mercado de flutuantes com serviço de marina (fixos referenciais do STUR).

O espaço urbano, como condição, meio e produto (CARLOS, 2009, p. 76) para ações de pescadores, demonstra contradições de processos que suas territorialidades ensejam na formação do STUR. Cada vez mais submissos e envoltos às determinações e lógica do Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF). Pescadores e carpinteiros navais passam a se adaptar às constrições do espaço urbano, produzido por agentes ligados à sua funcionalidade mercantil enquanto mercadoria vinculada ao valor de troca. Um espaço intraurbano-ribeirinho se desenha nas beiras de rio de bairros populares e diversos fragmentos espalhados pela cidade.

A Abrangência Espacial da Atividade Pesqueira a partir da cidade

As embarcações maiores realizam pesca, na maioria das vezes, a oeste da sede municipal. Circulam entre as centenas de lagos no interior da ilha Tupinambarana¹², paranás e lagos diversos e na APA¹³ Nhamundá (mais conhecida pelos pescadores como lago Macuricanã), demonstrados nas setas amarelas da figura 3.

Entrevistas a proprietários de embarcações e seus pescadores empregados indicam que, de acordo com a época da pesca (ocorrência de cardumes e período), disponibilidade de financiamento e mercado favorável (preços compensadores), a pesca alcança áreas do rio Solimões cerca de 850 km de distância de Parintins. Chegam até o município de Tefé em busca de peixes de escama muito mais valorizados e já escassos na região de Parintins, como o pirarucu, tambaqui e o jaraqui. Ocorreram relatos de compra de pirarucu de cativeiros em Manacapuru, município limítrofe a leste de Manaus. Outros relataram atingir a calha do rio Madeira, cortando caminho pelos intrincados canais e cursos da ilha Tupinambarana, chegando até o município de Manicoré. Ambos os rios, Solimões e Madeira, possuem afluentes com cabeceiras em áreas mais preservadas e de características hídricas que propiciam maior quantidade de peixes, as chamadas águas brancas ou barrentas (SIOLI, 1985, p. 69).

Não é nosso objetivo descrever os inúmeros itinerários e rotas de pesca. São várias as configurações que exigem coletas de dados minuciosos envolvendo: variação sazonal, quantidade de pesca no ano relacionada ao nível do rio do ano anterior

¹² A Ilha Tupinambarana se estende de Parintins até o rio Madeira, na verdade é um complexo de ilhas delimitado pelo rio Amazonas e paranás, atravessando vários municípios.

¹³ A área de Várzea predomina na APA Nhamundá e sua paisagem tem como destaque duas formas representativas: uma representada pelas restingas, e a outra formada pela presença de áreas inundadas, mesmo no período da estiagem, chamadas de lagos e baixios, ricos em espécies aquáticas formando o conhecido complexo Macuricanã (SEMA, 2015).

(escassez ou fartura impulsionam pescas mais longínquas), financiamento e preço pago no mercado urbano, como citado.

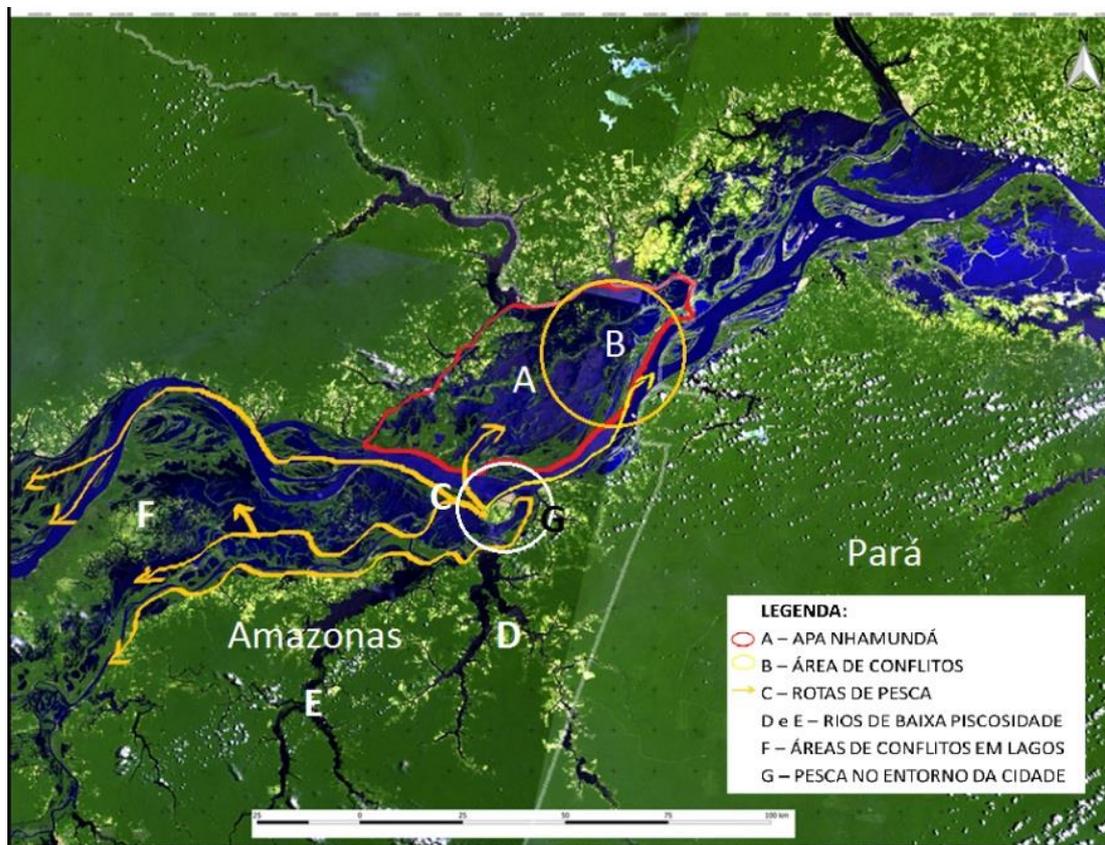


Figura 3: Rotas de pesca e conflitos socioambientais. **Fonte:** Cartografia participativa realizada nos dias 19 e 20 de junho de 2016 na Colônia Z-17. Organizado pelo autor.

Em Parintins, entrevistamos cerca de 40 pescadores além dos nove que participaram dos exercícios de cartografia. Todos frisaram que distâncias cada vez maiores estão sendo percorridas para obtenção do pescado. Uma característica importante foi notada: através de financiamento pelo BASA S/A (Banco da Amazônia S/A), vinculado ao PRONAF, pescadores estão substituindo motores de antigas embarcações por máquinas mais modernas. Assim, distâncias maiores são percorridas em menor tempo, ou maior quantidade de pescado é carregada no retorno. Isso demanda maior torque do motor e menor gasto de diesel.

Batelões de 18 a 22 metros chegam a levar de 14 a 16 toneladas de gelo e retornam com quantidade variada de pescado dependendo da época. Na safra, distâncias menores são percorridas com menos gelo e menor tempo de permanência. Na cheia o oposto. Isso demonstra características da extensão e natureza da rede urbana na Amazônia pela atividade da pesca, variando sazonalmente. As estratégias e tipos de barcos também variam de acordo com o período de secas e cheias.

A leste da cidade foram relatados inúmeros conflitos pelas incursões de barcos paraenses (APA de Nhamundá e adjacências – B, na figura 3). Estes partem de Santarém em frotas numerosas frequentemente gerando protestos por parte de

comunidades atingidas e pescadores urbanos. A pressão sobre o estoque pesqueiro é gritante nessa invasão, e temos visto frequentemente nos beiradões e flutuantes de Parintins outro tipo de embarcação: a pesqueira marítima. A capacidade de carga desta é de 30 toneladas, indicando que embarcações de Belém também estão adentrando ao território do Amazonas para pesca¹⁴. Geralmente, as frotas e barcos do Pará adentram ao Amazonas pelo setor norte da APA de Nhamundá. São cientes de que há fiscalização na calha central de Parintins e na principal entrada de acesso frontal a Parintins, onde há comunitários alertas. Esses conflitos se desdobram para a cidade, que funciona como base de reações.

O interessante é que os pescadores de Parintins são proibidos de entrar no território de pesca do Pará devido os conflitos entre pescadores em defesa de seus territórios (principalmente lagos) a partir de acordos de pesca. Isso evidencia a sobreposição das áreas de influência de duas cidades médias através de relatos de conflitos entre pescadores: Parintins (AM) e Santarém (PA). Afinal, são as estruturas fornecidas por essas cidades, atreladas a setores do capital mercantil (empresas locais no caso de Parintins) e financeiro (bancos e casas de crédito), que estimulam o aumento da pressão sobre as áreas de pesca, gerando conflitos. Os conflitos e disputas territoriais estariam sendo gerados pela relação STUF/STUR de cada cidade.

A quantidade de conflitos também é frequente entre fazendeiros e pescadores (F, na figura 3) e entre pescadores e comunitários que residem na APA¹⁵ (A, na figura 3). Constatamos que se faz uso da canoa/rabeta com mais frequência dentro da APA. Segundo os pescadores, torna-se mais fácil se esconder da fiscalização do IBAMA ou evitar confronto com comunitários locais e fazendeiros, singrando através da imensidão dos mais de 370 lagos que compõem o complexo Macuricanã (A, na figura 3).

A sudoeste da imagem, temos os rios Andirá (E) e Uaicurapá (D) que, por suas características físico-químicas, possuem menor quantidade de peixes. Todavia, possuem intensa pesca artesanal pela presença de várias comunidades em suas calhas.

Portanto, as embarcações internalizam as contradições dessa relação conflituosa que o STUR passa a ter com o STUF. Os trabalhadores passam a permanecer cada vez mais tempo (relatos de até 20 dias) nas embarcações, sujeitos a condições de trabalho muito precárias. A exploração do trabalho ocorre em duas maneiras, pois se intensifica o esforço para pesca e os dias de pescaria são estendidos para recompensar os altos gastos e baixo retorno da renda. Esse circuito é mediado pelos receptores/atravessadores na cidade.

¹⁴ Os proprietários de embarcações de pesca marítima se recusaram a conversar e demonstram clima tenso com nossa presença. Essa disputa em territórios de pesca reflete a pressão e escassez de pescado sobre toda a calha do rio Amazonas pela pesca industrial.

¹⁵ Área de Proteção Ambiental Estadual (APA) Nhamundá foi criada por meio do Decreto Estadual nº. 12.836, de 09 de Março de 1990, com área de 195.900 hectares. Localiza-se no extremo Leste do Estado do Amazonas, em um espaço físico ao norte do município de Parintins e Sul do Município de Nhamundá. É situado em dois ecossistemas, sendo, terra firme, quinze por cento (15%), e várzea, oitenta e cinco por cento (85%).

A continuidade da moradia no barco, enquanto há espera para nova saída, sinaliza característica da centralidade da embarcação para a constituição do STUR. As embarcações são refúgio dos que não foram “absorvidos” plenamente pela lógica da cidade, não podendo pagar aluguéis ou construir moradias em escassos espaços do arquipélago que Parintins abrange em seu sítio. Acoplados como “próteses” às beiras de rio, batelões, bajaranas e canoas são composições flexíveis das territorialidades que o STUR abarca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexa interação entre os dois sistemas territoriais (STUR e STUF) funciona como estruturadora da esfera direta de influência urbana de Parintins através da atividade pesqueira. Tanto no aspecto reticular (nodal-zonal), ligando fragmentos do espaço intraurbano através de caudais hídricos a territórios circundantes, como no aspecto relacional (interações de um sistema sobre o outro), permitem interpenetração de atividades para o complemento da economia urbana, influenciando ou sendo influenciados como no caso do STUR, para o uso e reordenamento de territórios.

A partir das práticas espaciais de redes de sujeitos, são construídas territorialidades onde podem ser delimitados acessos restritos e direitos desiguais de produção e ordenamento do território (principalmente no espaço intraurbano enquanto nó multireticular) conferindo a este, sua definição clássica atrelada ao exercício de poder. O Sistema Territorial Urbano-Fluvial passa a ordenar a divisão territorial do trabalho a seu favor, afetando os demais sistemas ao impor uma lógica mais funcional, ditando preços e controlando o mercado urbano de absorção dos produtos e mercadorias advindos de florestas e rios. Por outro lado, não anula práticas espaciais (com fortes características culturais) e territorialidades criativas e flexíveis dos demais sistemas (BARTOLI, 2017, p.94).

O comportamento espacial a partir de sistemas territoriais mercantis e populares aparece como problema central (BARTOLI, 2018). Dinâmicas favorecidas pelo comércio associado à sua posição e situação (característica favorável no caso de Parintins), aliados a formação de economias urbanas “incompletas”, incapazes de sustentar populações a partir de atividades eminentemente urbanas, acabam suscitando reformulações de grande parte dos vínculos territoriais para complementação da economia urbana.

A Colônia Z-17 torna-se espaço de negociação e disputas internalizando questões que ampliam cada vez mais seu papel e importância. A evolução de suas relações internas ainda caminha para maior autonomia relativa do grupo. Mesmo com tímidos programas implantados para melhorar condições dos pescadores, a abrangência da atividade exige ampliação do papel mediador da Colônia. Comportando-se como um ponto (posição dos sujeitos na cidade), estabelece outras redes a partir de suas ações ainda insipientes, nos diversos programas e assistências aos pescadores.

Da mesma maneira, a Colônia auxilia em questões como a formação de acordos de pesca junto ao IBAMA na implementação da APA Nhamundá, participando de dimensões importantes nas disputas territoriais de pescadores. Numa geometria zonal, pressionados ao norte pelas tensões e limitações da APA¹⁶ e a leste pela pressão de grupos paraenses, os pescadores são “empurrados” e impelidos a ir cada vez mais longe a oeste. Passam a ter obrigação de atingir produtividade elevada para custeio dos gastos feitos na cidade. Gelo, gasolina e alimentos (fluxos adjacentes fornecidos pelo capital mercantil na cidade), são gastos altos que exigem apropriação do excedente de trabalho. O pagamento insignificante pelo quilo na maioria das espécies de pescados também agudiza a tendência de parcos ganhos monetários de pescadores.

Enquanto formadora de território, a Colônia tenta se desvencilhar da tutela direta do Estado e de políticos ligados a esferas estaduais de organização trabalhista de setores pesqueiros. A importância da Colônia, enquanto centro decisório aumenta assim como a pressão oportunista de políticos locais para se apropriar do “capital social” que ela possui. Os pescadores estreitam cada vez mais sua dependência do circuito mercantil de atravessadores locais carregando, no ato da pesca, a sobreposição de lógicas do STUF e do STUR. Assim, a malha base substrato do território (mais concreto e enraizado), é reordenada e influenciada pela rede dominante atrelada ao capital mercantil urbano.

AGRADECIMENTO

Agradeço a FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, pela concessão de Bolsa de Doutorado.

REFERÊNCIAS

BARTOLI, E. Morfologia Urbana da Cidade de Parintins (AM): espaço periurbano, cidade difusa e loteamentos recentes. In: ANDRADE, A.C. de; ANDRADE, A. E. *Cidades em Movimento*. Jundiaí: Paco editorial, 2013.

BARTOLI, E. Ações Indígenas Sateré-Mawé na Cidade de Parintins (AM) e a Formação de Sistemas Locais Territoriais Urbano-Ribeirinhos. In: *Simpósio Nacional de geografia Urbana (SIMPURB)*, CD-room. Fortaleza: UFCE, 2015.

BARTOLI, E. *O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM)*. Presidente Prudente: PPGG / UNESP, 2017 (Tese de Doutorado).

¹⁶ A APA Nhamundá possui enorme complexidade. Com 33 comunidades/localidades abrigam 1.400 famílias, que juntas totalizam cerca de 7.000 pessoas. Isso desencadeia disputas e tensões em variadas frentes pela gestão dos recursos. Embora a APA possua recursos naturais ainda bastante conservados, percebe-se que algumas atividades, como a pesca, sofre intensa busca das espécies e consequentemente a diminuição gradativa do estoque natural (SEMA, 2015).

BARTOLI, E. Cidades na Amazônia, Sistemas Territoriais e a Rede Urbana. *Mercator*, v. 17, e17027, p. 1-16, 2018a.

BARTOLI, E. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018b.

BECKER, B. *A Urbe Amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CANO, W. Reflexões Sobre o Papel do Capital Mercantil na Questão Regional e Urbana do Brasil. *Texto para Discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, n. 177, maio de 2010.

CARLOS, A. F.A. A Ilusão da Transparência do Espaço e a “Fé Cega” no Planejamento Urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica. in: *Revista Cidades*, v.6, n.10, 2009. p. 289-306.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MORAES, A. O. *Peixes, redes e cidades: aspectos socioambientais da pesca comercial de bagres no Médio e Alto Solimões – AM*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, - Manaus: UFAM, 2012.

MORAES, A. O. Embalando Mercados em Redes Urbanas: alimentação e pesca articulando cidades na Amazônia brasileira. In: SCHOR, T. (org.). *Dinâmica Urbana na Amazônia – vol. 1*. Manaus: Valer, 2014.

OLIVEIRA, J. BARTOLI, E. *Análise Organizacional da Colônia Z-17 da Cidade de Parintins- AM: um Sistema Local Territorial?* Monografia de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA / CES / Parintins, 2015.

SCHOR, T. *Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira*. Manaus: Valer, 2014.

SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A. de. Parintins: a geografia da saúde na formação da cidade média de responsabilidade territorial. In: BARTOLI, E. et al. *Parintins: Sociedade, Territórios & Linguagem*. Manaus: EDUA, 2016, p. 35-58.

SIOLI, H. *Amazônia: Fundamentos da Ecologia da Maior Região de Florestas Tropicais*. Ed. Vozes Ltda, 1985.

Recebido em 27/03/2019
Aceito em 16/08/2019